

A propósito da visita de Machungo

Hora de acertos na cooperação com Portugal

N. 30/1/88

por António Gumende, da AIM

Resolver os problemas económicos e políticos pendentes, consolidar o que existe em termos de cooperação e perspectivar o futuro das relações será a tónica da visita que o Primeiro-Ministro Mário Machungo vai realizar a Portugal na presente semana.

Machungo inicia no dia 3 uma visita oficial de trabalho de dois dias àquele país europeu, a primeira desde que foi nomeado para o cargo em 1986.

A deslocação de Machungo foi antecedida por uma intensa movimentação diplomática que incluiu a visita do Ministro das Finanças, Magid Osman, do Governador do Banco de Moçambique Eneas Corniche, e do Vice-Ministro da Educação, Avelino Muianga, entre outros.

A renegociação da dívida externa moçambicana a Portugal, actualmente estimada em cerca de 180 milhões de dólares, será um dos temas mais importantes das conversações entre as duas partes.

Uma fonte oficiosa disse à AIM que é desejo do Governo moçambicano levar as autoridades portuguesas a aceitarem as taxas de juro concessionais que se situam dentro das nossas possibilidades de reembolso como aconteceu já com a Itália que reduziu recentemente a taxa de juros para 1,5 por cento.

As duas partes deverão ainda estudar a possibilidade do desbloqueamento da linha de crédito interrompida em 1984 em virtude da cessação de cobertura de risco pela COSEC, instituição sob tutela do Ministério português das Finanças responsável pelo seguro.

A fonte revelou que a cessação da cobertura de risco levou à interrupção de importantes projectos então em curso, desfez a possibilidade do lançamento de novos empreendimentos e provocou o retraimento por parte de empresas que porventura estivessem interessadas em investir no país.

O desbloqueamento da linha de crédito levaria ao desembolso de 25 milhões de dólares que constituem o

remanescente do crédito anterior, e que em certa medida constituem dívida as empresas que prosseguiram por sua conta e risco os projectos em que se encontravam envolvidas na esperança de que a situação viesse a ser sanada.

A fonte acrescentou que o Governo moçambicano tem uma «alta apreciação» pelas empresas portuguesas que continuaram a operar, apesar das dificuldades originadas por esta situa-

ção, mas frisou que este facto só foi possível devido também ao apoio que o Governo moçambicano lhes dispensou.

Segundo ela, as empresas portuguesas têm tido um tratamento «privilegiado» em Moçambique. Citou como exemplo disso o facto de o contrato para a construção da Embaixada Soviética em Maputo ter sido entregue a uma empresa portuguesa de construções.

«Mesmo em casos de sabotagem levado a cabo pelos bandidos armados o governo tem canalizado recursos para a reparação dos danos» como forma de encorajar a permanência do empresariado português em Moçambique.

Existem casos de empresas portuguesas que foram desintervencionadas e entregues aos antigos accionistas, processo que, segundo a fonte, é feito com base nas vantagens que possa trazer, e desde que o regresso de antigos proprietários signifique «uma nova atitude e interesse».

Entre o vasto leque de questões que serão apresentadas pela parte moçambicana figura a possibilidade de alargamento de «plataforma» que havia sido interrompido há 4 anos, e desembolso de respectivo remanescente, a conclusão de fábrica textil de Mocuba, fornecimentos de matérias primas e assistência técnica e em matérias primas as empresas e equipamento as barragens, e ainda a possibilidade da vinda de professores portugueses em Moçambique.

Espera-se, que a contraparte portuguesa apresente questões cuja resolução também se arrasta há muito tempo tais como as actividades da transportadora aérea portuguesa (TAP), a situação das pensões de cidadãos portugueses e moçambicanos que prearam serviço ao estado português, o problema de crédito transferíveis de empresas portuguesas que operam em Moçambique entre outros.

A fonte disse que a parte moçambicana está disposta a observar uma certa «flexibilidade» para a resolução dos problemas pendentes.

Contudo, por mais optimismo que

possa transparecer em ambas as partes não há dúvidas de que existe um obstáculo o qual, enquanto não for removido, condicionará sempre as relações entre os dois países: trata-se da presença de representantes dos bandidos armados em território português.